

MENSAGEM Nº 93

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JULIO GLINTERNICK BITELLI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Argentina, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JULIO GLINTERNICK BITELLI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 101/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055722) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058868** e o código CRC **1EB8CE70** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JULIO GLINTERNICK BITELLI

CPF.:069.349.688-67

ID.: 9059 MRE

1960 Filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli, nasce em 3 de dezembro, em Santo André/SP

Dados Acadêmicos:

1983 Direito pela Universidade de São Paulo
1985 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - IRBr
1994 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata - IRBr
2003 Mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School
2007 Cursos de Altos Estudos - IRBr. "A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?" (conceito "com louvor")

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
1991 Segundo-secretário
1997 Primeiro-secretário
2004 Conselheiro
2008 Ministro de segunda classe
2015 Ministro de primeira classe

Funções:

1986-87 Divisão das Nações Unidas, assistente
1988-89 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
1989-90 Divisão de Direitos Humanos e Meio Ambiente, assistente
1990-91 Divisão Especial do Meio Ambiente, assistente
1991-94 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, segundo-secretário
1994-96 Embaixada em Montevideú, segundo-secretário
1996-99 Presidência da República, Assessoria Especial, adjunto
1999-2003 Embaixada em Washington, primeiro-secretário
2003-07 Embaixada em Buenos Aires, primeiro-secretário e conselheiro
2007-10 Embaixada em La Paz, conselheiro e ministro-conselheiro
2010-13 Embaixada em Buenos Aires, ministro-conselheiro
2013-15 Embaixada em Túnis, embaixador
2015-16 Gabinete do Ministro de Estado, chefe de gabinete
2016-19 Embaixada em Bogotá, embaixador
2019- Embaixada em Rabat, embaixador

Publicações:

1989 A Política Brasileira para a África e a Descolonização dos Territórios Portugueses, in Ensaios de História Diplomática, FUNAG
2023 O Embaixador Gelson Fonseca Jr. como Assessor Internacional do Presidente Fernando Henrique Cardoso, in O Brasil e o Mundo: Estudos sobre o Pensamento de Gelson Fonseca Junior, FUNAG.

Condecorações:

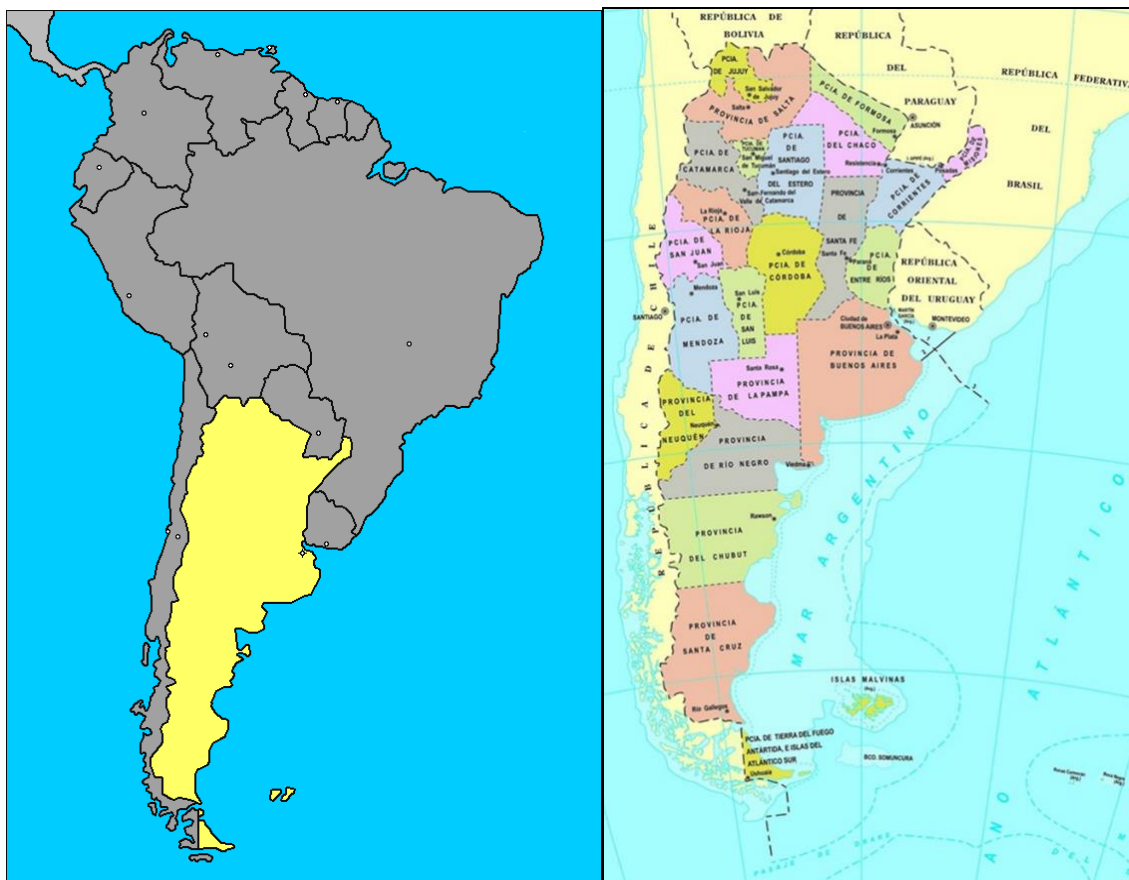
1997 Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
1997 Ordem do Mérito da República Italiana, Cavaleiro
1998 Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Oficial
1998 Ordem do Mérito Civil, Espanha, Comendador
2008 Medalha Amigo da Marinha do Brasil

2010	Ordem do Marechal Andrés de Santa Cruz, Bolívia, Comendador
2012	Medalha do Pacificador
2015	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
2015	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2015	Medalha Mérito Tamandaré
2017	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
2017	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2019	Ordem de San Carlos, Colômbia, Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGENTINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2023

APRESENTAÇÃO

A colonização espanhola no território argentino iniciou-se em 1512. Em 1776, fundou-se a colônia do Vice-Reino do Rio da Prata. O processo de separação da Espanha, iniciado em maio de 1810 (Revolução de Maio), concluiu-se com a Declaração de Independência de 9 de julho de 1816. A Argentina organizou-se como federação de províncias, com a cidade de Buenos Aires como capital. Durante a segunda metade do século XX, períodos de instabilidade política e crises econômicas periódicas contiveram seu pleno desenvolvimento econômico e social.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial. A população totaliza 46,3 milhões de habitantes (FMI, 2022, estimativa), sendo a maioria de origem europeia. O país é extremamente urbanizado – 92% da população residem em áreas urbanas. A densidade demográfica é baixa (15 habitantes por km²).

A área continental da Argentina está entre a cordilheira dos Andes, a oeste, e o oceano Atlântico, a leste. Faz fronteira com Paraguai e Bolívia, ao norte, com Brasil e Uruguai, a nordeste, e com o Chile, a oeste e sul.

Na porção norte do território encontram-se as planícies do Chaco, ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná; no centro, situam-se os pampas. No extremo sul, está localizada a Patagônia, constituída de paisagem exuberante, formada por florestas, geleiras e lagos. Na Argentina, há quatro tipos de clima, que variam conforme o relevo: tropical, temperado, árido e frio.

A Argentina reivindica soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que são administradas pelo Reino Unido como territórios britânicos ultramarinos. Em 1965, a ONU qualificou a disputa como problema colonial e instou as partes a negociar uma solução. Após 17 anos de negociações infrutíferas, Argentina e Reino Unido enfrentaram-se, em 1982, em conflito armado pela soberania sobre esses arquipélagos austrais. A Argentina considera as ilhas como parte integrante e indivisível de seu território e entende que estão ocupadas ilegalmente. O Brasil reconhece o direito argentino sobre esses arquipélagos.

PERFIL BIOGRÁFICO

ALBERTO FERNÁNDEZ *Presidente da República*



Nasceu em Buenos Aires, em 2 de abril de 1959. Formou-se em Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA) em 1983, ano no qual se afiliou ao Partido Justicialista (PJ). Foi Subdiretor Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério de Economia de Raúl Alfonsín (UCR). No governo Carlos Menem (PJ), foi Superintendente de Seguros da Nação. Em 1998, foi o tesoureiro da campanha presidencial de Eduardo Duhalde. Em 2000, foi eleito legislador da cidade de Buenos Aires. Foi chefe do Gabinete de Ministros (2003-2008) nos governos de Néstor Kirchner (todo o mandato) e Cristina Fernández de Kirchner (um ano). Compôs a equipe de campanha da "Frente Renovadora" de Sergio Massa, nas eleições presidenciais de 2015. Nas eleições de outubro de 2019, foi eleito Presidente da República, em primeiro turno, pela coalizão "Frente de Todos", com 48,10% dos votos. Tomou posse como Presidente em 10 de dezembro de 2019, para um mandato de quatro anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

Em 31 de outubro último, dia seguinte ao segundo turno das eleições brasileiras, o presidente Alberto Fernández, acompanhado do chanceler Santiago Cafiero e de outras autoridades argentinas, realizou viagem a São Paulo para encontrar-se com o presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva. O presidente Alberto Fernández participou das cerimônias de posse do presidente Lula em 1º de janeiro de 2023 e manteve encontro bilateral com o mandatário brasileiro no dia 2 de janeiro.

O presidente Lula realizou visita oficial à Argentina no dia 23 de janeiro, após três anos da última visita de um mandatário brasileiro ao país vizinho. O encontro em Buenos Aires marcou o relançamento das relações bilaterais. Os presidentes firmaram declaração conjunta que prevê a retomada de vários mecanismos de coordenação bilateral nas mais diversas áreas e a elaboração de um "Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina", a ser adotado por ocasião de programada visita de estado de Fernández ao Brasil em junho próximo.

O processo de aproximação política entre Brasil e Argentina, iniciado com a redemocratização dos dois países na década de 1980, esteve na base do projeto de integração sul-americana que levou à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991. A crescente integração econômico-comercial bilateral tem fortalecido a economia e a indústria dos dois países. O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina. A presença de capitais argentinos no Brasil também é expressiva.

O estoque de investimentos brasileiros na Argentina é estimado em US\$ 14 bilhões, gerando cerca de 53 mil empregos. São investimentos de perfil variado, com grande atuação nos setores de manufaturados, serviços, mineração, energia e siderurgia. O estoque de investimentos argentinos no Brasil ascende a US\$ 15,7 bilhões, com destaque nas áreas de engenharia e construção, agroindústria, gestão de infraestrutura (aeroportos), metalurgia e tecnologia.

O Brasil é o maior sócio comercial da Argentina, ao passo que a Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. A forte dinâmica comercial bilateral, marcada pelo elevado percentual de produtos de alto valor agregado, tem importantes impactos em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria. Sobressai, entre as áreas beneficiadas pela parceira bilateral, o setor automotivo, que exerce impactos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração,

siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

O comércio bilateral experimentou forte recuperação em 2021, havendo atingido US\$ 23,8 bilhões (+45%). Em 2022, confirmou-se a tendência de crescimento do intercâmbio bilateral, com variação positiva de outros 19,4%, totalizando US\$ 28,4 bilhões. No ano passado, as exportações brasileiras para a Argentina totalizaram US\$ 15,3 bilhões (+29,2%), e as importações oriundas do país vizinho somaram US\$ 13,1 bilhões (+9,6), resultando em *superávit* brasileiro de US\$ 2,2 bilhões (em 2021, houve *déficit* brasileiro de US\$ 70,4 milhões). A política comercial argentina, em especial por meio de licenças não automáticas de importação, tem afetado sensivelmente as exportações brasileiras.

O relacionamento bilateral revela dinamismo em áreas estratégicas, como a interconexão energética, os setores nuclear, de defesa e ciência e tecnologia e a integração da infraestrutura.

Entre os diversos foros bilaterais, destacam-se: o Mecanismo de Coordenação Política; a Comissão Bilateral de Produção e Comércio; o Comitê Permanente de Política Nuclear; e o Diálogo Político-Militar Brasil-Argentina (mecanismo 2+2, entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa).

Integração da infraestrutura viária: A pauta de integração física entre os dois países compreende tratativas a respeito do futuro do complexo ponte e Centro Unificado de Fronteira de São Borja-Santo Tomé, cuja concessão se encerra em 29 de agosto próximo; a revitalização da ponte Uruguiana-Paso de los Libres; a construção de uma nova ponte entre Porto Xavier-San Javier, sobre o rio Uruguai; e a implantação do Corredor Rodoviário Bioceânico, que conectará o Brasil ao Chile através do Paraguai e da Argentina.

Integração energética: A Argentina detém a segunda maior reserva de gás de xisto do mundo, bem como a quarta de óleo de xisto. No país vizinho, os depósitos concentram-se na província de Neuquén, em região conhecida como Vaca Muerta. O governo argentino e segmentos da iniciativa privada dos dois países têm demonstrado interesse no projeto de construção de gasoduto ligando a província de Neuquén ao mercado brasileiro. Há também interesse do governo argentino em obter financiamento brasileiro para construção de trecho desse gasoduto. Adicionalmente, Brasil e Argentina mantêm intercâmbio de energia elétrica, que ajudou a garantir a segurança energética brasileira durante a crise hídrica.

Cooperação na área financeira: Há perspectivas de maior cooperação dos dois países na área financeira. Os governos de Brasil e Argentina estão iniciando diálogo sobre medidas para fortalecer o uso do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), incorporando o comércio de serviços e a implementação de linhas de crédito em reais para dinamizar o comércio bilateral e facilitar os fluxos financeiros no sistema, aumentando assim a previsibilidade das transações. Trata-se de sistema de pagamento internacional já em operação, administrado pelos Bancos Centrais dos países do MERCOSUL, que permite pagamentos e recebimentos diretamente em reais/pesos no comércio bilateral.

Cooperação em ciência e tecnologia: O Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO) foi criado em 2020 pelos titulares das pastas que tratam de CTI do Brasil, Argentina e Uruguai. O Centro Latino-Americano é o sucessor do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, estabelecido pelo protocolo nº 9 do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), de 1986. O CABBIO funciona como rede técnico-científica, sem investimentos fixos, e com estrutura descentralizada. Cabe aos países o financiamento dos programas de pesquisa em partes iguais. A Escola do CABBIO realiza cursos para incrementar as capacidades tecnológicas no campo da biotecnologia e aproximar as redes de pesquisadores.

Cooperação nuclear: A cooperação bilateral no campo nuclear está diretamente vinculada ao ambiente de confiança mútua e transparência possibilitado pelo modelo de verificação e salvaguardas nucleares vigente entre os dois países, que tem seu cerne na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), criada em 1991. O Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN) foi criado em 1988 com o objetivo de empreender e coordenar iniciativas nas áreas política, técnica e empresarial do setor nuclear. O CPPN constitui a mais alta instância de coordenação bilateral na área nuclear. É liderado pelas chancelarias dos dois países e reúne-se anualmente. Última reunião do mecanismo ocorreu em 26 de junho de 2022.

Cooperação espacial: O principal projeto de cooperação na área espacial é o satélite argentino-brasileiro de observação dos oceanos (SABIA-mar), que tem por objetivo a observação oceanográfica para aplicação no uso sustentável de recursos marinhos vivos, gerenciamento ambiental, prevenção de desastres, meteorologia, clima e hidrografia.

Cooperação em saúde: Entre as potenciais áreas de cooperação está a de desenvolvimento e produção de vacinas, com vistas a atender os países da região. Vale recordar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) selecionaram instituições no Brasil e na Argentina para a produção de vacinas contra a COVID-19 com tecnologia de RNA mensageiro (mRNA).

Assuntos fronteiriços: Brasil e Argentina são unidos por uma linha de fronteira que se estende por 1.261 km. A política de integração fronteiriça constitui dimensão essencial da agenda de cooperação bilateral. A Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), instalada em 2011, é a mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem periodicamente em quatro pontos da linha limítrofe dos dois países. As últimas reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina foram realizadas no último bimestre de 2022.

Assuntos consulares: A rede consular brasileira na Argentina é composta pelos Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, em Córdoba e em Mendoza e pelos Consulados do Brasil em Paso de los Libres e Puerto Iguazú.

O Itamaraty estima que a comunidade brasileira na Argentina alcance aproximadamente 47 mil pessoas.

Os postos consulares da região fronteira são responsáveis pela organização local dos Comitês de Integração Fronteira Brasil-Argentina. Os Comitês de Integração Fronteira Brasil-Argentina atualmente existentes são os seguintes: Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; Barracão/Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen; São Borja-Santo Tomé; e Uruguiana-Paso de los Libres.

Empréstimos e financiamentos oficiais: em março de 2022, o saldo devedor da Argentina com o Brasil é de US\$ 88.6 milhões e refere-se a operações de financiamento que contaram com apoio oficial às exportações por meio do Seguro de Crédito às Exportações. Os pagamentos estão sendo efetuados conforme pactuados.

POLÍTICA INTERNA

O Estado argentino tem forma de governo representativa republicana federal, com estrutura de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O presidente da República é o chefe de Estado e de Governo, eleito por voto direto, com mandato de quatro anos e direito à reeleição por um período consecutivo. Os ministros são nomeados pelo presidente. Em outubro de 2019, Alberto Fernández foi eleito presidente da República, em primeiro turno, com 48,10%, contra 40,38% do então Presidente, Mauricio Macri. O presidente tomou posse em 10 de dezembro de 2019.

O Parlamento argentino é bicameral, sendo conformado pelo Senado da Nação e pela Câmara de Deputados. Os 72 senadores (3 por província) são eleitos para mandatos de seis anos em eleição majoritária, na qual a coalizão vencedora garante as duas primeiras cadeiras; e a segunda colocada, a terceira cadeira. A vice-presidente da República ocupa também a função de presidente do Senado. A Câmara dos Deputados é composta de 257 parlamentares, eleitos por lista partidária fechada para mandatos de quatro anos, em votação proporcional.

As eleições gerais argentinas de outubro de 2019 geraram Congresso polarizado entre as alianças Frente de Todos – FdT (peronista) e "Juntos por el Cambio" - JxC (macrista). A coalizão peronista alcançou quórum próprio e maioria no Senado (39 cadeiras) e a maior bancada na Câmara (119 cadeiras), onde não detinha maioria. A coalizão oposicionista, por sua vez, obteve 22 cadeiras no Senado e 116 cadeiras na Câmara. Eleita vice-presidente, Cristina Kirchner assumiu a presidência do Senado.

Em 14 de novembro de 2021, foram realizadas eleições legislativas para a renovação de quase a metade da Câmara dos Deputados (127 de 257 assentos) e um terço do Senado (24 de 72 assentos). A coalização governista perdeu as eleições em âmbito nacional e nos principais colégios eleitorais. Nacionalmente, o governo teve 33,56% dos votos, contra 41,96% da principal coalizão oposicionista, "Juntos por el Cambio" (JxC), do ex-presidente Mauricio Macri. O peronismo perdeu a maioria com que contava no Senado, passando de 41 para 35 assentos, ao passo que a coalizão "Juntos por el Cambio" aumentou sua participação, de 26 para 31 postos. Trata-se da primeira vez, desde o restabelecimento do regime democrático, em 1983, que o peronismo deixa de ter maioria na câmara alta

argentina. A coalizão oficialista perdeu, também, assentos na Câmara de Deputados, mas logrou manter-se como a maior bancada da Câmara, com 118 assentos, contra 116 de JxC e 23 de outras agremiações.

As autoridades provinciais e municipais são eleitas para mandatos de quatro anos: governadores, intendentos (prefeitos) e conselheiros (vereadores). As 23 províncias se autogovernam, possuem suas próprias constituições e poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como polícias provinciais. A Cidade Autônoma de Buenos Aires tem regime de governo autônomo e competências legislativas e jurisdicionais.

A Corte Suprema de Justiça da Nação é o órgão máximo do Poder Judiciário. Julga recursos, em segunda e última instância, e examina a constitucionalidade das leis. A Corte Suprema é integrada por cinco magistrados, nomeados pelo presidente da República após aprovação do Senado. Os tribunais argentinos são independentes em sua função jurisdicional, estando, porém, administrativamente subordinados à Corte Suprema.

Continua indefinido quem será o candidato oficialista nas eleições presidenciais de outubro de 2023. Na coalizão oposicionista, haveria ao menos cinco possíveis candidatos à presidência.

POLÍTICA EXTERNA

Em suas primeiras declarações sobre política externa, após a posse, Alberto Fernández defendeu "integração plural e global" ao mundo e o reforço do reclamo pela soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas.

A questão das Malvinas tem recebido especial atenção do governo argentino, que vem intensificando gestões para que se reconheça a existência da disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgias do Sul.

No tocante ao relacionamento com a Venezuela, o governo argentino aderiu ao Grupo de Contato Internacional em agosto de 2020 e saiu do Grupo de Lima em março de 2021. A chancelaria argentina descredenciou a então embaixadora do governo interino de Juan Guaidó em Buenos Aires, Elisa Trotta.

Com respeito ao MERCOSUL, o governo argentino tem apontado, como objetivo, preservar as duas dimensões do bloco: como política consensual dentro da Argentina e como projeto regional de quase 30 anos de existência.

Ainda no âmbito regional, a Argentina ocupou, de janeiro de 2022 a janeiro de 2023, a presidência da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

A Argentina de Alberto Fernández também estabeleceu como meta de sua política externa o reforço de vínculos com os principais sócios internacionais, incluindo o Brasil, China, Estados Unidos, Índia, México, Rússia e a União Europeia.

Nota-se que o governo argentino alimenta hoje desejo de maior aproximação com China e Rússia, ao tempo em que busca manter relacionamento

correto com os Estados Unidos, fundamental para o atual processo de reestruturação da dívida externa, em especial com o FMI. A China exerce papel crescente na agenda externa da Argentina, como sócio comercial, investidor e provedor de reservas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O cenário econômico argentino caracteriza-se por inflação elevada (50,9% em 2021 e 94,8% em 2022), crescente alta do dólar, com existência de câmbios paralelos, e taxa de pobreza de 36,5% da população no primeiro semestre de 2022. A economia argentina também é marcada por problema da dívida externa, em especial com organismos internacionais, incluindo o FMI e o Clube de Paris.

Em 2021, a economia argentina registrou crescimento de 10,3% do PIB, resultado que interrompeu três anos consecutivos de queda do PIB (-2,6% em 2018; -2,1% em 2019 e -9,9% em 2020). O FMI projeta crescimento de 4% do PIB argentino em 2022. Dados oficiais sobre a variação do PIB argentino no ano passado ainda não estavam disponíveis no início de fevereiro de 2023.

De acordo com dados oficiais do Ministério de Economia da Argentina, o setor público argentino registrou um déficit primário correspondente a 3% do PIB do país em 2021. Somando-se os gastos com pagamentos de juros da dívida pública, o déficit financeiro naquele ano alcançou 4,5% do PIB. Em 2020, ano de maior impacto da pandemia, o déficit primário havia alcançado 6,5%, e o financeiro, 8,5%.

A taxa de desemprego vem apresentando trajetória recente de queda e chegou ao piso de 6,9% da população economicamente ativa no segundo trimestre de 2022, menor taxa de desemprego desde o início da série medida pelo “Instituto Nacional de Estadística y Censos” (INDEC), em 2016. Os últimos dados a respeito, referentes ao terceiro trimestre de 2022, indicaram pequeno aumento na taxa de desemprego, que no momento atinge 7,1% da população argentina.

Quanto à pobreza, os indicadores atuais mostram melhoria da situação desde 2021, após pico de pobreza e indigência observado no segundo semestre daquele ano (42% de pobres e 10,5% de indigentes). A redução da pobreza esteve diretamente associada à recuperação econômica da Argentina a partir de 2021. Ainda assim, os indicadores não se recuperaram a ponto de igualar os níveis pré-pandemia. Os últimos registros antes da crise sanitária, relativos ao segundo semestre de 2019, haviam mostrado uma pobreza de 35,5% e indigência de 8%.

Em 2022, o intercâmbio comercial da Argentina atingiu US\$ 170 bilhões, com crescimento de 20% sobre 2021. As exportações alcançaram US\$ 88,4 bilhões (+13,5%), enquanto as importações movimentaram US\$ 81,5 bilhões (+29%). O superávit comercial alcançou US\$ 6,9 bilhões. Os principais parceiros comerciais da Argentina em 2022 foram, pela ordem, Brasil, China, União Europeia, Estados Unidos, Índia, Chile, Vietnã e México.

Em março de 2022, o Conselho Diretor do FMI aprovou novo arranjo para o refinanciamento da dívida argentina no valor de cerca US\$ 44 bilhões de dólares. O programa busca a melhora das finanças públicas e a redução da alta inflação por

meio de uma estratégia que envolve a eliminação gradual do financiamento por via monetária do déficit fiscal.

Após a reestruturação da dívida junto a credores privados em agosto de 2020 e o acordo para refinanciar a dívida com o FMI, a Argentina alcançou, em outubro de 2022, acordo em relação à sua dívida com o Clube de Paris (cerca de US\$ 2,5 bilhões). Tais tratativas eram a principal pendência da Argentina no que diz respeito a renegociação de sua dívida externa soberana.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1816	Congresso de Tucumán proclama a independência
1852	Rosas é derrotado por coalizão de Brasil, Montevideú, Entre Rios e Corrientes
1862	Bartolomé Mitre é presidente da República unificada (até 1868)
1865	Guerra da Tríplice Aliança (com Brasil e Uruguai) contra o Paraguai (até 1870)
1916	União Cívica Radical (UCR) ascende ao poder; presidências Yrigoyen, Alvear e Yrigoyen
1943	Golpe militar do coronel Perón tem apoio de setores sindicais e dissidentes da UCR
1946	Perón ascende à presidência com ampla maioria do eleitorado
1952	Tem início segundo mandato de Perón, derrubado em 1955 por golpe militar
1955	Governo do general Aramburu restaura a hegemonia conservadora
1959	Presidências Frondizi e Illía, situação política controlada indiretamente pelo Exército
1966	General Onganía implanta ditadura, que termina com a insurreição do “Cordobazo” de 1969
1973	Perón é novamente presidente, seguido de Maria Estela Martínez e de golpe militar
1976	Governos militares (Videla, Viola e Galtieri) caracterizam-se por sangrenta repressão
1982	Derrota na Guerra das Malvinas obriga militares a deixar o poder e convocar eleições
1983	Raúl Alfonsín é eleito presidente e toma posse em 10/12; fim da ditadura militar
1983	Alfonsín autoriza processo judicial contra os responsáveis pela repressão durante a ditadura
1985	Início da aproximação com Brasil; em 1988, Tratado de Integração e Cooperação
1989	Retorno do peronismo (ala direita) com vitória de Carlos Menem (reeleito em 1995)
1991	Tratado de Assunção cria o Mercosul (com Brasil, Uruguai e Paraguai)
1999	Fernando De la Rúa é eleito presidente
2001	Domingo Cavallo é nomeado “superministro”; em 01/12, decreta o “corralito” (congelamento de depósitos bancários, com limitações de saques)
2001	De la Rúa renuncia em 21/12; três presidentes em 12 dias; é decretada moratória da dívida externa
2002	Presidente Eduardo Duhalde põe fim à conversibilidade peso-dólar e faz acordo com o FMI

2002	Crise econômica deixa quase 60% da população abaixo da linha de pobreza
2003	Nestor Kirchner é eleito presidente (Menem desiste das eleições antes da realização do 2º turno)
2006	Conflito diplomático com o Uruguai, em razão da instalação de fábricas de celulose em território uruguaio, à margem do rio que divide os dois países
2007	Senadora Cristina Fernández de Kirchner é eleita presidente
2008	Inicia-se o conflito do governo com o setor agropecuário em torno do imposto de exportação de grãos
2008	O governo sofre sua primeira grande derrota com a derrubada da lei de “retenciones” (impostos às exportações)
2008	Governo reestatiza os fundos de pensão privados.
2009	Governo sofre grande revés em eleições legislativas (28/6)
2010	Falecimento do ex-presidente Néstor Kirchner
2011	Reeleição da presidente Cristina Kirchner (posse em 10/12)
2015	Eleição do presidente Mauricio Macri (posse em 10/12)
2019	Eleição do presidente Alberto Fernández (posse em 10/12)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1821	O governo português, instalado no Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer a independência argentina
1822	Nomeação de Antônio Manuel Correia da Câmara como cônsul e agente comercial no Prata ("Missão Correia da Câmara")
1823	O enviado argentino Valentín Gómez apresenta ao chanceler brasileiro, José Joaquim Carneiro de Campos, carta credencial assinada pelo ministro argentino de Relações Exteriores, Bernardino Rivadavia, com o reconhecimento da independência do Brasil
1825	O Congresso de Buenos Aires proclama a reintegração da Banda Oriental ao território argentino. A Argentina rompe relações com o Brasil, que declara guerra. Início da Guerra da Cisplatina
1828	Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz que põe fim à Guerra da Cisplatina e formaliza a independência do Uruguai
1831	Antônio Cândido Ferreira é nomeado encarregado de negócios e cônsul-geral na Argentina
1833	O Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido
1850	Rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o governo argentino de Juan Manuel de Rosas
1851	Firmado, em Montevideú, Convênio para uma aliança ofensiva e defensiva contra Rosas entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Rosas declara guerra ao Império brasileiro
1852	Juan Manuel de Rosas é derrotado pela coalizão entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes
1856	Celebrado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, que garante a livre navegação do rio da Prata
1864	Início da Guerra do Paraguai
1865	Brasil, Argentina e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança
1870	Fim da Guerra do Paraguai
1889	Brasil e Argentina firmam Tratado de Arbitramento para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas
1889	A Argentina reconhece o regime republicano no Brasil.
1895	Arbitragem sobre a questão de Palmas. Laudo do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil (19 de novembro)
1898	Firmado tratado de limites entre Brasil e Argentina, baseado no laudo arbitral de 1895
1899	O presidente da Argentina, Julio Roca, visita o Brasil. É a primeira visita oficial de um chefe de estado estrangeiro ao país
1900	O presidente do Brasil, Campos Sales, visita a Argentina. É a primeira visita, em caráter oficial, de um chefe de estado brasileiro ao exterior
1910	O presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, realiza visita ao Brasil, a convite do Barão do Rio Branco

1915	O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, visita a Argentina e assina o "Pacto do ABC", do qual também participa o Chile
1922	Elevada à categoria de embaixada a legação do Brasil em Buenos Aires
1935	O presidente do Brasil, Getúlio Vargas, viaja ao Prata e realiza visita oficial à Argentina. Brasil e Argentina fazem mediação para solução da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai
1961	Encontro de Uruguaiana, entre os presidentes Jânio Quadros (Brasil) e Arturo Frondizi (Argentina), no qual se assina o Convênio de Amizade e Consulta
1969	Assinatura do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai
1972	O presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, visita o Brasil e assina com o presidente Emílio Médici acordos bilaterais de integração física
1977	Divergências sobre a Usina de Itaipu levam ao fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina. São iniciadas conversas trilaterais, entre Brasil, Argentina e Paraguai, para tratar da construção da usina
1979	Brasil, Argentina e Paraguai assinam o Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus
1980	Visita do presidente João Baptista Figueiredo à Argentina. Desde 1935 um presidente brasileiro não visitava o país
1980	O presidente da Argentina, Jorge Videla, visita o Brasil
1981	Encontro entre os presidentes João Figueiredo e Roberto Viola na fronteira entre Brasil e Argentina, na cidade de Paso de los Libres
1982	O Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, mas reafirma que reconhece a soberania argentina sobre as ilhas
1985	Início do processo de aproximação Brasil-Argentina. "Declaração do Iguaçu" é firmada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na fronteira entre os dois países
1986	O presidente José Sarney realiza visita de estado à Argentina. É assinada a "Ata de Integração Brasileiro-Argentina", que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)
1988	Assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
1990	Assinatura da Ata de Buenos Aires pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Brasil e Argentina decidem conformar um mercado comum até o final de 1994
1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado de Assunção para a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
1991	Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
1993	O presidente Itamar Franco realiza visita bilateral à Argentina (25 de maio)
1995	Entrada em vigor da União Aduaneira do Mercosul, com a adoção de tarifa externa comum (TEC)
1995	O presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Argentina por ocasião da posse do presidente Carlos Menem (8 de julho)
1996	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Argentina

1997	Visita de estado do presidente da Argentina, Carlos Menem, ao Brasil. Formalização da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina
1999	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, à Argentina (7 de junho)
2002	Luiz Inácio Lula da Silva visita Argentina em sua primeira viagem como presidente eleito (2 de dezembro)
2002	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde
2003	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde (janeiro)
2003	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, para a cerimônia de posse do presidente da Argentina, Néstor Kirchner (25 de maio)
2003	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. É sua primeira viagem oficial ao exterior (junho)
2003	Visita de Estado do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (outubro)
2004	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de Copacabana (março)
2006	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Realizadas reuniões bilaterais e trilaterais com o presidente Hugo Chávez (abril)
2007	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (27 de abril)
2007	Visita ao Brasil da presidenta eleita da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (novembro)
2007	O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da posse da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (dezembro)
2007	Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA) (dezembro)
2008	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina (fevereiro)
2008	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina com comitiva empresarial (agosto)
2008	Visita de Estado da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (setembro)
2009	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (abril)
2009	Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (novembro)
2010	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência daquele país (maio)
2010	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (agosto)
2011	Visita de trabalho da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (31 de janeiro)
2011	Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de

	Kirchner, ao Brasil (29 de julho)
2011	Visita da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, para a posse da presidenta Cristina Kirchner, em seu segundo mandato (10 de dezembro)
2012	Visita da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, para participar da 18ª Conferência Industrial Argentina (28 de novembro)
2013	Visita de trabalho da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina (25 e 26 de abril)
2015	Visita da presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, a Brasília, por ocasião da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados (17 de julho). Foi realizada reunião de trabalho entre a presidenta Dilma Rousseff e a presidenta Cristina Kirchner
2015	Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil (4 de dezembro). É sua primeira visita ao exterior após as eleições
2015	Visita da presidente Dilma Rousseff à Argentina, por ocasião da cerimônia de posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri (10 de dezembro)
2016	Nas comemorações do 200º aniversário da independência da República Argentina, o governo brasileiro se fez representar pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann, pelo ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general de Exército Sergio Westphalen Etchegoyen, e pelo embaixador do Brasil em Buenos Aires, Everton Vieira Vargas (9 de julho)
2016	Visita do presidente Michel Temer à Argentina (3 de outubro)
2017	Visita de Estado do presidente Mauricio Macri ao Brasil (7 de fevereiro)
2017	I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina (Brasília, 30 de maio)
2018	I Reunião do Diálogo Político-Estratégico Brasil-Argentina. II Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina (16 de abril)
2018	Reunião sobre cooperação nuclear Brasil-Argentina (7 de novembro)
2018	Assinatura da Declaração de Montevideu sobre Cooperação Nuclear Empresarial Brasil-Argentina (17 de dezembro)
2019	Visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil (16 de janeiro)
2019	Visita do presidente Jair Bolsonaro à Argentina (6 de junho)
2020	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (12 de fevereiro)
2020	Videoconferência entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente Alberto Fernández, por ocasião dos 35 anos da Declaração do Iguaçu (30 de novembro)
2021	Videoconferência entre o chanceleres Ernesto Araújo e Felipe Solá (16 de março)
2021	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (19 de julho de 2021)
2021	Visita do chanceler Santiago Cafiero ao Brasil (8 de outubro de 2021)
2022	Presidente Alberto Fernández viaja a São Paulo para encontrar-se com o presidente-eleito Luiz Inácio Lula da Silva (31 de outubro)

2023	Visita do presidente Alberto Fernández ao Brasil (1º de janeiro), por ocasião da cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2023	Visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Buenos Aires (23 de janeiro).

ACORDOS BILATERAIS			
Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Convenção Preliminar de Paz.	27/08/1828	04/10/1828	Não consta
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	07/03/1856	25/06/1856	14/07/1856
Convenção sobre Navegação Fluvial.	20/11/1857	20/07/1858	Não consta
Tratado de Limites.	06/10/1898	26/05/1900	31/05/1900
Tratado de Arbitramento Geral.	07/09/1905	05/12/1908	01/10/1908
Protocolo sobre Cartas Rogatórias, Complementar ao Acordo de 14/02/1880.	16/09/1912	08/01/1957	21/03/1957
Convenção Complementar de Limites.	27/12/1927	09/07/1941	16/07/1941
Convênio para Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio para o Fomento do Turismo.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Acordo para Permuta de Publicações.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio sobre Legalização de Manifestos de Carga.	23/01/1940	08/04/1941	10/05/1941
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	02/06/1948	29/11/1966	04/07/1967
Tratado de Extradicação.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convênio sobre Coprodução Cinematográfica.	25/01/1968	26/11/1981	18/11/1981
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	17/05/1980	01/01/1983	23/12/1982
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	17/05/1980	18/08/1982	10/09/1982
Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Peperi-Guaçu.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Cooperação para o	17/05/1980	20/10/1983	09/11/1983

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear			
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Previdência Social	20/08/1980	18/11/1982	10/12/1982
Acordo sobre Transportes Marítimos.	15/08/1985	05/02/1990	07/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Informática.	22/01/1987	22/02/1987	04/03/1987
Acordo de Coprodução Cinematográfica.	18/04/1988	25/07/1995	10/05/1999
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.	29/11/1988	23/08/1989	25/09/1989
Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	20/04/1990	06/05/1991
Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.	06/07/1990	27/06/1992	30/07/1992
Protocolo Adicional ao Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	06/07/1990	30/06/1993	11/08/1998
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	20/08/1991	10/02/1993	26/02/1993
Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/05/1993	09/10/1995	20/11/1995
Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais.	15/02/1996	10/11/1999	12/01/1999
Acordo de Cooperação Técnica.	09/04/1996	25/08/1999	14/10/1999
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	09/04/1996	18/03/1998	13/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais.	09/04/1996	18/02/1998	13/05/1998
Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas.	27/04/1997	26/10/2002	06/11/2002

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé.	10/11/1997	28/03/2000	18/05/2000
Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO).	10/11/1997	05/05/1999	02/06/1999
Acordo de Integração Cultural.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Convênio de Cooperação Educativa.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Acordo sobre a Isenção de Vistos.	09/12/1997	22/04/2000	26/04/2000
Tratado sobre a Transferência de Presos.	11/09/1998	25/06/2001	24/07/2001
Protocolo sobre Circulação de Produtos Alimentícios.	25/11/1999	09/06/2006	Em tramitação na Argentina
Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai.	15/12/2000	06/10/2003	18/02/2004
Acordo para o Provimento de Capacidade Espacial.	08/05/2001	23/03/2004	29/06/2004
Protocolo adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espaciais Relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial.	14/08/2001	27/11/2003	Em tramitação na Argentina
Acordo Relativo ao Intercâmbio de Estagiários.	14/08/2001	23/06/2009	Em processo de ratificação pelas Partes
Acordo sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas.	02/12/2002	23/12/2005	20/12/2005
Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.	09/12/2002	25/07/2006	16/10/2006
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial.	30/11/2005	02/02/2010	02/02/2010
Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas.	30/11/2005	27/11/2008	13/01/2009
Acordo Quadro de Cooperação em	30/11/2005	20/04/2007	20/04/2007

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Matéria de Defesa.			
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar.	30/11/2005	10/09/2008	28/11/2008
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina em Matéria de Isenção Recíproca do Pagamento de certas Contribuições Sociais para Empresas de Transporte	16/05/2007	16/05/2007	15/06/2007
Acordo de Facilitação Turística.	18/11/2009	18/12/2009	19/11/2009
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Cooperação em Planejamento Urbano e Habitação	31/01/2011	31/01/2011	04/02/2011
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina.	31/01/2011	01/10/2014	29/03/2016
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	31/01/2011	17/07/2015	Em tramitação na Argentina
Acordo por Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e a República da Argentina para Facilitar o Trânsito aos Portadores de Passaporte Provisório Argentino ou Documento de Autorização de Retorno ao Brasil	10/12/2012	10/12/2012	21/01/2013
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina referente ao Estudo de Inventário Hidroelétrico para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluentes o Rio Pepiri-Guaçu	15/08/2013	15/08/2013	30/09/2013
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o	29/01/2014	29/01/2014	11/04/2014

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos			
Ajuste Complementar ao Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil	07/02/2017		Em tramitação no Congresso Nacional
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina Sobre Cooperação em Diplomacia Pública e Digital	07/02/2017	07/02/2017	21/02/2017
Protocolo de Emenda à Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	21/07/2017	29/07/2018	28/08/2018
Adendo, por Troca de Notas, ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consular e Políticas para Comunidades Emigradas	12/07/2018	16/07/2018	20/07/2018
Tratado de Extradicação	16/01/2019		Em tramitação no Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis	06/06/2019	06/06/2019	17/07/2019
Acordo para a Prorrogação do Contrato Internacional de Concessão da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé e Infraestruturas Conexas	19/07/2021	19/07/2021	18/08/2021
Acordo de cooperação antártica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina	23/01/2023		

Dados básicos

	Argentina	Brasil
--	------------------	---------------

Nome oficial	República Argentina	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol	Português
População	46,3 milhões (FMI)	213,4 milhões (IBGE)
Área	2,796 milhões km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2022)	US\$ 464,28 bilhões	US\$ 1,83 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2022)	US\$ 12,19 mil	US\$ 8,57 mil
Crescimento do PIB (FMI)	4% (2022, est); 10,2 (2021); -9,9% (2020); -2% (2019)	0,8 (2022, est); 4,6%(2021, est.); -3,9% (2020); 1,2% (2019)
IDH (PNUD, 2021)	0,842 (47º posição)	0,754 (87ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2020)	99,0%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2020)	76,7 anos	75,9 anos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-ARGENTINA	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio total	20.276	16.385,8	23.827,4	28.448,5
Exportações	9.723	8.488,7	11.878,5	15.348,6
Importações	10.552	7.897,1	11.948,9	13.099,9
Saldo	-828	591,6	-70,4	2.248,7

* Principais produtos da pauta comercial (2022)

- **Exportações:** partes e acessórios de veículos, 11%; automóveis de passageiros, 9,9%; demais produtos da indústria de transformação, 4,5%.
- **Importações:** veículos para transporte de mercadoria, 19%; automóveis de passageiros, 16%; trigo, 12%; demais produtos da indústria de transformação, 3,7%.

Embaixador da Argentina no Brasil: Daniel Scioli.

Embaixador do Brasil na Argentina: Reinaldo Salgado.